

**TutPrv no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.360.839 - RJ  
(2018/0235908-9)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**REQUERENTE : REINALDO LIMA DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**INTERES. : RAFAEL PEREIRA NOBRE**  
**INTERES. : MICHELLE AZEREDO DA SILVA**  
**ADVOGADOS : MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA E OUTRO(S) - DF012330**  
**LARYSSA BRITO MOREIRA - DF043787**  
**INTERES. : BIANCA DO NASCIMENTO MENEZES**  
**ADVOGADO : EDNEY ALVES DE CARVALHO - RJ157604**

**DECISÃO**

**Reinaldo Lima de Oliveira** postula, por meio da presente tutela provisória incidental, a suspensão da execução provisória da pena determinada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, tendo em vista o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Constitucionalidade n. 43, n. 44 e n. 54.

Registra que foi, após regular instrução criminal, condenado como incurso no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, I, da Lei n. 11.343/2006, e no art. 35, com incidência no art. 40, I, da Lei n. 11.343/2006, em concurso material, às penas de 10 anos, 4 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 1.418 dias-multa, tendo sido concedido o direito de recorrer em liberdade. Irresignada, a defesa interpôs apelação, a qual foi desprovida pelo Tribunal Regional. Rejeitados os embargos de declaração opostos, a defesa apresentou recurso especial, o qual não foi admitido pelo Tribunal de origem, tendo sobrevindo agravo, em que se postulou o processamento do recurso especial.

Alega que, não obstante a interposição do mencionado recurso, *o Tribunal Regional Federal da Segunda Região, quando do julgamento dos recursos de embargos de declaração, determinou, por despacho (fls. 5.551/5.552), a execução provisória da condenação, mesmo sem o trânsito em julgado (fl. 10.365).*

Menciona que, em *diligência à origem (10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, autos do Processo n. 807483-30.2010.4.02.5101), verificou-se que foi expedido mandado de prisão em face do requerente, conforme cópia anexa.*

Diante disso e em razão do julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, n. 44 e n. 54 pelo Supremo Tribunal Federal, que condiciona a execução da pena ao trânsito em julgado da sentença penal condenatória, vem requerer a suspensão da execução provisória da pena imposta (fl. 10.365).

Entende que a expedição de mandado de prisão contra ele, com fundamento exclusivo em condenação penal e sem considerar que, na sentença condenatória, foi reconhecido o direito de recorrer em liberdade, configura constrangimento ilegal, pois não está em consonância com a orientação do Supremo Tribunal Federal (fl. 10.366).

Requer, liminarmente, a *suspensão imediata da execução provisória da pena do requerente*, com o *imediato recolhimento do mandado prisional expedido em seu desfavor, de modo a possibilitar que opssa aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação* (fl. 10.367).

É o relatório.

A concessão de efeito suspensivo a recurso especial exige a presença, concomitante, de elementos que evidenciem a **probabilidade de êxito do recurso interposto** (*fumus boni juris*) e da **demonstração de risco de dano irreparável** ou de difícil reparação decorrente de eventual demora na solução da causa (*periculum in mora*).

*In casu*, verifico de plano que o requerente pretende o recolhimento do mandado de prisão expedido pelo Tribunal Regional até o julgamento do presente agravo em recurso especial, tendo em vista o julgamento de mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, n. 44 e n. 54, pelo Supremo Tribunal Federal.

Nessa ocasião, o Pretório Excelso decidiu pela constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal, dispositivo esse que admite a prisão em flagrante, ou por ordem escrita e fundamentada, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso do processo ou investigação, em virtude de prisão provisória ou temporária, considerando, ainda, inconstitucional e ilegal a execução provisória da pena pelo mero esgotamento da jurisdição ordinária.

Em síntese, com o julgamento das mencionadas ações diretas, o Supremo retoma posição firmada no HC n. 84.078/MG, no qual assentou que toda prisão antes do

# *Superior Tribunal de Justiça*

trânsito em julgado tem natureza cautelar.

Na espécie, em um juízo perfunctório, verifica-se que o Juízo singular revogou as medidas cautelares aplicadas e assegurou ao requerente o direito de recorrer em liberdade (fl. 4.218) e, embora tenha o Tribunal Regional corroborado a sentença condenatória, não houve subsequente decretação de prisão cautelar, encontrando-se o feito na pendência de agravo em recurso especial (fls. 10.082/10.086).

Evidenciados, pois, o risco de execução provisória de pena não transitada em julgado e a ilegalidade na expedição de mandado de prisão, devendo o pleito ser deferido.

Ante o exposto, **defiro** o pedido formulado, a fim de garantir ao requerente o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação, salvo se presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar, nos termos do art. 283 do Código de Processo Penal.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal Regional Federal e ao Juízo *a quo*, juntando ao ofício cópia desta decisão.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator